



PROGRAMAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS Inteligência Artificial e Novas Tecnologias

DATA E HORÁRIO	De 20 de setembro a 26 de outubro de 2021 Encontros síncronos: dias 11 e 25/10 – das 9h30m às 11h.		
TIPO DE ATIVIDADE <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	30 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Ambiente Moodle. Acesso em https://virtual.emerj.com.br/ e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Inteligência artificial: evolução tecnológica. Regulação da IA no Brasil. Estratégia brasileira de IA. Tratamento do tema em âmbito estrangeiro. Documentos fundamentais. IA e Direito. Personalidade eletrônica e Responsabilidade civil. Direitos autorais no Brasil. Autoria. IA e liberdade de expressão. Novos direitos e IA. Introdução à LGPD. Conceitos essenciais. Aplicação. Princípios. Relevância. Judiciário e LGPD. Evolução Tecnológica. Softwarização do processo. Automação e Robotização. Inteligência Artificial. IA no Direito. Princípios éticos e vieses cognitivos. IA e Governança. Justiça 4.0		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: LGPD e acesso à justiça Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0;		
JUSTIFICATIVA	Cerca de metade dos tribunais brasileiros possui projetos de inteligência artificial operantes ou em desenvolvimento. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça vem desenvolvendo uma série de iniciativas e programas voltados a promover novas tecnologias para a ampliação do acesso à justiça e o desenvolvimento da Justiça 4.0. Mostra-se, portanto, fundamental compreender o presente cenário tecnológico, as mudanças que o momento pandêmico promoveu nas práticas e ações judiciais e os documentos que vêm sendo desenvolvidos (nos âmbitos estrangeiro e nacional) acerca das estratégias relacionadas à implementação da IA. Além de ampla bibliografia especializada, haverá seleção de resoluções do Conselho Nacional de Justiça, documentos governamentais (como a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial), publicações institucionais e legislação pertinente. Os principais tópicos abordados no curso serão: 1) panorama atual da IA (regulação, estrutura e aplicação) ; 2) IA e direitos		

	<p>autorais; 3) IA e lei geral de proteção de dados pessoais, com ênfase em Tratamento de Dados Pessoais e Discriminação Algorítmica; e 4) IA e acesso à justiça. Cada unidade contará com aulas expositivas, questões para reflexão e atividades com ferramentas ativas.</p>
OBJETIVO GERAL	<p>Os magistrados estarão capacitados a refletir criticamente sobre e a julgar os casos que envolvam questões essenciais à justiça relacionados à inteligência artificial, novas tecnologias e proteção de dados pessoais.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenador André Gustavo Correa de Andrade Possui graduação em Direito pela Universidade Candido Mendes (1984), mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2003) e doutorado em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2018). É Presidente do Fórum Permanente de Liberdade de Expressão, Liberdade de Imprensa e Mídias Sociais. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3519940755315773</p> <p>Tutora Chiara Spadaccini de Teffé Doutoranda em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Civil pela UERJ, tendo sido aprovada com distinção e louvor. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora de Direito Civil e de Direito e Tecnologia na faculdade de Direito do IBMEC. É também professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio). Coordenadora de disciplinas na Pós-graduação em Direito Digital da UERJ/ITS Rio e na pós-graduação do Instituto New Law. Membro da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OABRJ. Membro do Fórum permanente de mídia e liberdade de expressão da EMERJ. Atua como advogada em áreas do Direito Civil e do Direito Digital e como consultora em proteção de dados pessoais. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/8699457488409780</p>
<p>DOCENTES VÍDEOCONFERÊNCIAS AULA SÍNCRONA 1</p> <p>11 de outubro – das 9.30 h às 11h</p> <p>AULA SÍNCRONA</p>	<p>Fernanda de Carvalho Lage Doutora em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília (2020). Pós-doutorado (2021-em andamento) pela Universidade de Brasília. Mestre em Direitos sociais, econômicos e culturais pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL (2014). Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (2018-atual). Professora substituta na Faculdade de Direito da UnB (2019-atual). Assessora da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (2021-atual). Advogada. Membro do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq DR.IA - Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial e do grupo de pesquisa ProLaw-Lab/UnB. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6631052133623676</p> <p>Possui Formação de Formadores e Tutores ENFAM.</p>

<p>2 25 de outubro – das 9.30 h às 11hs</p>	<p>André Gustavo Correa de Andrade</p> <p>Possui graduação em Direito pela Universidade Candido Mendes (1984), mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2003) e doutorado em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2018). É Presidente do Fórum Permanente de Liberdade de Expressão, Liberdade de Imprensa e Mídias Sociais. Possui Formação de Formadores ENFAM. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3519940755315773</p> <p>Chiara Spadaccini de Teffé</p> <p>Doutoranda em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Civil pela UERJ, tendo sido aprovada com distinção e louvor. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora de Direito Civil e de Direito e Tecnologia na faculdade de Direito do IBMEC. É também professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio). Coordenadora de disciplinas na Pós-graduação em Direito Digital da UERJ/ITS Rio e na pós-graduação do Instituto New Law. Membro da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OABRJ. Membro do Fórum permanente de mídia e liberdade de expressão da EMERJ. Atua como advogada em áreas do Direito Civil e do Direito Digital e como consultora em proteção de dados pessoais. Possui Formação de Formadores e Tutores ENFAM. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/8699457488409780</p>
<p>DOCENTES CONTEUDISTAS</p>	<p>Carlos Affonso Pereira de Souza</p> <p>Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Mestre em Direito Civil na UERJ (2009 e 2003). Bacharel pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000). Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio). Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa. Pesquisador afiliado ao Information Society Project, da Faculdade de Direito da Universidade de Yale. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação da UERJ e da PUC-Rio, lecionando disciplinas sobre Direito Civil, História do Direito e Direito da Tecnologia da Informação. Membro da Comissão de Direito Autoral da OAB/RJ. Foi fundador e coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas - RJ (2003-2013). Participa de diversos fóruns internacionais sobre regulação e governança da Internet. Advogado.</p> <p>Priscilla Silva Laterça Monteiro</p> <p>Mestre em Direito. Doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, especialista em Propriedade Intelectual. Atualmente atuando em projetos de pesquisa envolvendo Liberdade de Expressão e Direito e Novas Tecnologias. Pesquisadora em Direito e Novas Tecnologias no Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio).</p>

Professora nos curso do ITS Rio / curso de extensão da PUC-Rio / pós graduação Direito Digital UERJ / ITS-Rio. Doutoranda e Pesquisadora do ICLRS - Advanced Program on Religion and the Rule of Law – BYU / Oxford University - 2018

Sergio Vieira Branco Júnior

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro. Professor do doutorado em Direito da Universidade de Montreal. Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmec. Professor de direito civil e de propriedade intelectual da graduação e da pós-graduação da FGV Direito Rio (2006-2013). Procurador-Chefe do ITI- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (2005-2006). Coordenador de desenvolvimento acadêmico do programa de pós-graduação da FGV Direito Rio (2005). Advogado associado ao escritório Barbosa, Müssnich & Aragão (1999-2005). Autor dos livros "Memória e Esquecimento na Internet"; Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias "O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro - Uma Obra em Domínio Público" e "O que é Creative Commons - Novos Modelos de Direito Autoral em um Mundo Mais Criativo", entre outras obras. Especialista em propriedade intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio. Pós-graduado em cinema documentário pela FGV. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Advogado no Rio de Janeiro.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1052318679517461>

Fábio Ribeiro Porto

Possui pós-graduação em Direito Privado pela Universidade Federal Fluminense e mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é Juiz de Direito - Poder Judiciário Estadual e Professor do Curso de Pós-graduação em Direito Privado da Universidade Federal Fluminense.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7897517948359062>

Walter Aranha Capanema

Pós graduado em Direito Público e Privado. Coordenador da Pós-Graduação em Direito Digital do IERBB-MPRJ, Coordenador do Cursos de Extensão em Direito Eletrônico; Direito Digital e Proteção de Dados; Proteção de Dados e as Novas Tecnologias da EMERJ. Possui Formação de Formadores ENFAM.

Endereço para acessar este CV: lattes.cnpq.br/3507687322477865

Ana de Oliveira Frazão

Professora Associada de Direito Civil, Comercial e Econômico da Universidade de Brasília - UnB, com atuação na Graduação e na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado). Advogada, árbitra e parecerista. Ex-Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE (2012-2015). Ex-Diretora da Faculdade de Direito da UnB. Graduada em Direito pela UnB, Especialista em Direito Econômico e Empresarial pela FGV, Mestre em Direito e Estado pela UnB e Doutora em Direito Comercial pela PUCSP. Autora de

	<p>livros e artigos jurídicos sobre Direito Civil, Direito Comercial e Direito Econômico. Dentre os prêmios já recebidos, destaca-se o de Jovem Comercialista do Ano, concedido pelo IDSA - Instituto de Direito Societário Aplicado em 2015.</p> <p>Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/0739653662615249</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Este curso é composto de 4 módulos de duração de uma semana cada e um módulo de Avaliação final. Em cada módulo, haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, duas a três videoaulas de aproximadamente 30 minutos cada, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa. Haverá a inserção das ferramentas ativas abaixo elencadas.</p> <p>Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema.</p> <p>Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas:</p> <p>(x) Gravação de videoaula específica para cada módulo (x) Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates em cada módulo (x) Questões formativas em cada unidade</p> <p>Ferramentas ativas:</p> <p>(x) Mural Virtual (Padlet) (x) Mapa Mental (x) Encontro síncrono</p>
<p>PROGRAMAÇÃO</p>	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: 20 e 21/09 Carga horária: 1 hora</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma. Fórum de apresentação da tutora e alunos.</p>
<p>Módulo 1 Período: de 22 a 28/09 Carga horária: 6 horas</p>	<p>Panorama atual da IA: regulação e estrutura Ementa: Inteligência artificial: evolução tecnológica. Regulação da IA no Brasil. Estratégia brasileira de IA. Tratamento do tema em âmbito estrangeiro. Documentos fundamentais. IA e Direito. Personalidade eletrônica e Responsabilidade civil.</p> <p>Vídeo aulas:</p> <p>1. Inteligência artificial: evolução tecnológica. Regulação da IA no Brasil. Estratégia brasileira de IA. Tratamento do tema em âmbito estrangeiro. Documentos fundamentais. IA e Direito.</p> <p>Docente: Carlos Affonso Souza</p> <p>2. Personalidade eletrônica e Responsabilidade civil.</p> <p>Docente: Carlos Affonso Souza</p>

3. inteligência artificial e manipulação de conteúdo.

Docente: Priscilla Silva Laterça Monteiro

Avaliação de aprendizagem: A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva dos debates no fórum de discussão, com feedbacks realizados pela tutora. Resolução de questão formativa baseada em caso concreto.

Leitura Obrigatória:

DONEDA, Danilo; MENDES, Laura Schertel; SOUZA, Carlos Affonso Pereira; GOMES, Norberto Nuno Martin Becerra. Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal. *Pensar*. v. 23, n. 4 (2018). Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/8257>

- Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (2021): <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/04/publicada-estrategia-brasileira-de-inteligencia-artificial>

NEGRI, Sergio Marcos Carvalho Avila. Robôs como pessoas: a personalidade eletrônica na Robótica e na inteligência artificial. *Pensar*, Fortaleza, v. 25, n. 3, p. 1-14, jul./set. 2020.

Leitura Complementar:

SOUZA, Carlos Affonso. IA transformará o Direito, mas o Direito transformará IA? *Jota*, 2017. Link: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/ia-transformara-o-direito-mas-o-direito-transformara-ia-26092017>.

SOUZA, Carlos Affonso. O debate sobre personalidade jurídica para robôs. *Jota*. Link: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-debate-sobre-personalidade-juridica-para-robos-10102017>.

STJ. BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ASPECTOS JURÍDICOS. 2021. Link: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/13072021-Inteligencia-artificial-e-o-tema-da-nova-edicao-de-Bibliografias-Selecionadas.aspx>.

FRAZÃO, Ana. Plataformas digitais e os desafios para a regulação jurídica. (em anexo) TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (coord.). *O Direito Civil na era da inteligência artificial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (coord.). *O Direito Civil na era da inteligência artificial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

	<p>TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; AFFONSO, Filipe José Medon. Responsabilidade civil e regulação de novas tecnologias: questões acerca da utilização de inteligência artificial na tomada de decisões empresariais. Revista Estudos Institucionais, v. 6, n. 1, p. 301-333, jan./abr. 2020. Link: https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/383/493</p> <p>John Bowers; Jonathan Zittrain. Answering impossible questions: Content governance in an age of disinformation. Harvard Kennedy School Misinformation Review, 2020.</p> <p>VALENTE, Jonas C. L. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. Comunicação Pública Vol.14 nº 27, 2019.</p> <p>- União Europeia. Coordinated Plan on Artificial Intelligence 2021 Review: https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/coordinated-plan-artificial-intelligence-2021-review</p> <p>- National Strategies on Artificial Intelligence: A European Perspective: https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/new-report-looks-ai-national-strategies-progress-and-future-steps</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>FRAZÃO, Ana de Oliveira; MULHOLLAND, Caitlin (coord.). Inteligência artificial e Direito: ética, regulação e responsabilidade. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.</p>
<p>Módulo 2 Período: de 29/09 a 05/10 Carga horária: 6 horas</p>	<p>IA e direitos autorais Ementa: Direitos autorais no Brasil. Autoria. IA e liberdade de expressão. Novos direitos e IA.</p> <p>Vídeo aulas: 1. Direitos autorais no Brasil. 2. Inteligência Artificial, Algoritmos e Produção Intelectual. 3. Inteligência Artificial e Direitos Autorais. Docente: Sérgio Branco</p> <p>Avaliação de aprendizagem: A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva dos debates no fórum de discussão, com feedbacks realizados pela tutora. Resolução de questão formativa baseada em caso concreto.</p> <p>Ferramenta ativa: Mural Virtual (Padlet).</p> <p>Bibliografia: CANTALI, Fernanda Borghetti. Inteligência Artificial e Direito de Autor: Tecnologia Disruptiva Exigindo Reconfiguração de Categorias Jurídicas. Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, Porto Alegre, v. 4, n. 2, jun.-dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0014/2018.v4i2.4667>. Acesso em 03 de abril de 2021.</p> <p>HOHENDORFF, Raquel Von; CANTALI, Fernanda Borghetti; D'ÁVILA, Fernanda Felitti da S. Inteligência artificial e direitos autorais: desafios e possibilidades no cenário jurídico brasileiro e internacional PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ, Ano 10, n. 19, set. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v10i19.41210>. Acesso em 2 de abril de 2021.</p>

	<p>SCHIRRU, Luca. DIREITO AUTORAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL Autoria e titularidade nos produtos da IA. Disponível em <https://www.academia.edu/44305810/Tese_de_Doutorado_Direito_Autoral_e_Intelig%C3%Aancia_Artificial_Autoria_e_Titularidade_nos_Produtos_da_IA>. Acesso em 02 de abril de 2021.</p> <p>Leitura Complementar:</p> <p>WACHOWICZ, Marcos; GONÇALVES, Lukas Ruthes. Inteligência Artificial e Criatividade. Curitiba: Gedaj, 2019.</p> <p>RAMALHO, Ana. Will Robots Rule the (Artistic) World? A Proposed Model for the Legal Status of Creations by Artificial Intelligence Systems. Forthcoming in the Journal of Internet Law, 2017.</p> <p>SAWERS, Paul. Chinese court rules AI-written article is protected by copyright. 2019.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>BARBOSA, Pedro Marcos Nunes. Autoria de bens intelectuais e as criações de inteligência artificial. In: TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (coord.). <i>O Direito Civil na era da inteligência artificial</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 763-780.</p>
<p>Módulo 3 Período: de 06 a 12/10</p> <p>Aula síncrona - Dia 11/10 das 9h30 às 11h</p> <p>Carga horária: 6 horas</p>	<p>IA e acesso à justiça Ementa: Evolução Tecnológica. Softwarização do processo. Automação e Robotização. Inteligência Artificial. I.A no Direito. Princípios éticos e vieses cognitivos. I.A e Governança. Justiça 4.0</p> <p>Vídeo aulas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Evolução Tecnológica. Softwarização do processo. Automação e Robotização. 2. Inteligência Artificial. I.A no Direito. Princípios éticos e vieses cognitivos. 3. I.A e Governança. Justiça 4.0 4. I.A e Governança. Justiça 4.0 parte 2 <p>Docente: Fábio Porto</p> <p>Aula síncrona - Dia 11/10 das 9h30 às 11h</p> <p>Etapas de desenvolvimento de projetos de IA no Poder Judiciário: metodologia. Formas de avaliação de desempenho. Propostas de ampliação e avaliação da transparência do sistema.</p> <p>Docente: Fernanda de Carvalho Lage</p> <p>Avaliação de aprendizagem: A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva dos debates no fórum de discussão, com feedbacks realizados pela tutora. Resolução de questão formativa baseada em caso concreto.</p> <p>Leitura Obrigatória:</p>

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque; FLORÊNCIO, Juliana Abrusio; ALMADA, Marco. Inteligência artificial aplicada ao direito e o direito da inteligência artificial. Suprema. 2021. Link: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/20>

ROQUE, André Vasconcelos; SANTOS, Lucas Braz Rodrigues. Inteligência artificial na tomada de decisões judiciais: três premissas básicas. Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP Rio de Janeiro. Ano 15. Volume 22. Número 1. Janeiro a Abril de 2021. Link: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/53537>

ARAÚJO, Valter Shuenquener; GABRIEL, Anderson de Paiva; PORTO, Fábio Ribeiro. Os ‘Núcleos de Justiça 4.0’: inovação disruptiva no Poder Judiciário brasileiro. Jota. 2021. Link: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/juiz-hermes/os-nucleos-de-justica-4-0-inovacao-disruptiva-no-poder-judiciario-brasileiro-13042021> (em anexo)

ARAÚJO, Valter Shuenquener; GABRIEL, Anderson de Paiva; PORTO, Fábio Ribeiro. ‘Juízo 100% digital’ e transformação tecnológica da Justiça no século XXI. Jota. 2020. Link: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/juiz-hermes/juizo-100-digital-e-transformacao-tecnologica-da-justica-no-seculo-xxi-01112020> (em anexo)

Tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro com ênfase em inteligência artificial - Relatório coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão. Link: https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/estudos_e_pesquisas_ia_1afase.pdf

STJ. Inteligência artificial está presente em metade dos tribunais brasileiros, aponta estudo inédito. Link: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/09032021-Inteligencia-artificial-esta-presente-em-metade-dos-tribunais-brasileiros--aponta-estudo-inedito.aspx>

Leitura complementar:

Programa Justiça 4.0 – Tem como objetivo promover o acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

Portaria Nº 271 de 04/12/2020 - Regulamenta o uso de Inteligência Artificial no âmbito do Poder Judiciário

Resolução Nº 332 de 21/08/2020 - Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências

Resolução Nº 345 de 09/10/2020 - Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.

Resolução Nº 372 de 12/02/2021 - Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual.”

	<p>Resolução Nº 385 de 06/04/2021 - Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências.</p> <p><u>Resolução nº 398 de 09 de junho de 2021</u> - Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais.</p> <p>Resolução 358 do CNJ - Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação.</p> <p>BORDONI, Jovina d’Avila. TONET; Luciano. Inovação e Tecnologia no Judiciário. R. Themis, Fortaleza, v. 18, n. 2, p.149-168, jul./dez. 2020. Link: http://revistathemis.tjce.jus.br/index.php/THEMIS/article/view/792</p> <p>Referências Bibliográficas: LAGE, Fernanda de Carvalho. Manual de Inteligência Artificial no Direito Brasileiro. JUSPODIVM. 2021.</p>
<p>Módulo 4 Período: de 13 a 19/10 Carga horária: 6 horas</p>	<p>IA e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Ementa: Introdução à LGPD. Conceitos essenciais. Aplicação. Princípios. Relevância. Judiciário e LGPD. Princípio da não discriminação e Discriminação Algorítmica. IA e LGPD.</p> <p>Vídeo aulas: 1. Introdução à LGPD. Conceitos essenciais. Aplicação. Princípios. Relevância. 2. Judiciário e LGPD. Docente: Walter Capanema</p> <p>1. IA e Discriminação algorítmica. Docente: Ana Frazão</p> <p>Avaliação de aprendizagem: A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva dos debates no fórum de discussão, com feedbacks realizados pela tutora. Resolução de questão formativa baseada em caso concreto. Ferramenta ativa: Mapa mental</p> <p>Leitura Obrigatória: MENDES, Laura Schertel; FONSECA, Gabriel C. Soares da. Proteção de dados para além do consentimento: tendências contemporâneas de materialização. Revista Estudos Institucionais, v. 6, n. 2, p. 507-533, maio/ago. 2020. Link: https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/521/510</p> <p>FRAZÃO, Ana. Objetivos e alcance da Lei Geral de Proteção de Dados. TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. 2ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. Link: https://www.academia.edu/40040753/Objetivos_e_alcance_da_Lei_Geral_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_de_Dados</p>

	<p>FRAZÃO, Ana. Discriminação algorítmica: Compreendendo o que são os julgamentos algorítmicos e o seu alcance na atualidade. Parte I. Neste link é possível encontrar toda a série de textos sobre o tema: http://www.professoraanafraza.com.br/pt/publicacoes/tipo:5</p> <p>Recomendação nº 73/2020 - Orientações do CNJ sobre a LGPD. Link: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3432</p> <p>Resolução nº 363/2021 - CNJ estabelece medidas para adequação da LGPD pelos tribunais. Link: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3668</p> <p>Leitura Complementar: STJ. Bibliografia Seleccionada. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Link: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/28092020-Lei-Geral-de-Protecao-de-Dados-Pessoais-e-o-tema-da-nova-edicao-de-Bibliografias-Seleccionadas.aspx TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; FERNANDES, Elora Raad. Tratamento de dados sensíveis por tecnologias de reconhecimento facial: proteção e limites. In: TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (coord.). O Direito Civil na era da inteligência artificial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 283-315. Link: https://www.academia.edu/44127917/Tratamento_de_dados_sens%C3%ADveis_por_tecnologias_de_reconhecimento_facial_prote%C3%A7%C3%A3o_e_limites</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. 2ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. (Livro não disponibilizado)</p> <p>CUEVA, Ricardo Villas Bôas. A proteção de dados pessoais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. In: FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato; TEPEDINO, Gustavo (coord.). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: e suas repercussões no Direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. (Não disponibilizado)</p> <p>DONEDA, Danilo; MENDES, Laura Schertel; CUEVA, Ricardo Villas Bôas (coord.). Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018): a caminho da efetividade: contribuições para a implementação da LGPD. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. (Livro não disponibilizado)</p>
<p>Módulo de Avaliação final De 20 a 26/10</p> <p>Encontro síncrono: 25 de outubro das 9h30m às 11h.</p> <p>Carga horária: 5 horas</p>	<p>Encontro síncrono: 25 de outubro das 9h30m às 11h. Docentes: André Gustavo Correa de Andrade e Chiara Spadaccini de Teffé</p> <p>Estudo de caso para avaliação final A avaliação final será apresentada de forma oral. Os alunos serão divididos em grupos de 5 e vão expor suas considerações acerca de questão que será proposta oportunamente acerca da relação entre IA e Poder Judiciário.</p> <p>Registro Reflexivo Avaliação de Reação</p>

AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Fórum de discussão – 10 pontos cada Questão formativa – 10 pontos cada Avaliação final – 20 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso), esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma

questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br